
RESOLUÇÃO CFC Nº 1.688, DE 16 DE MARÇO DE 2023.

Dispõe sobre as eleições diretas dos Conselhos Regionais de Contabilidade.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

CAPÍTULO I
DAS ELEIÇÕES E DO VOTO

Art. 1º As eleições para a renovação do Plenário dos CRCs e para o preenchimento de vagas em mandato complementar por vacância no terço remanescente serão realizadas no mês de novembro, em data a ser fixada por ato do Plenário do CFC, com, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias de antecedência.

Art. 2º O processo eleitoral será de responsabilidade do CFC e realizado integralmente por meio de sistema eletrônico em todas as suas fases.

Art. 3º O voto é secreto, obrigatório, direto e pessoal e será exercido por contador e técnico em contabilidade na jurisdição do CRC de seu registro.

§ 1º O voto será realizado somente pela internet, observado o disposto no Capítulo X da presente Resolução.

§ 2º É facultativo o voto ao contador e ao técnico em contabilidade com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos na data da eleição.

Art. 4º Ao contador e ao técnico em contabilidade que deixarem de votar sem causa justificada, o CRC aplicará pena de multa nos termos da resolução específica editada pelo CFC.

CAPÍTULO II
DO COLÉGIO ELEITORAL

Art. 5º O colégio eleitoral será formado por contadores e técnicos em contabilidade com registro ativo que estiverem em situação regular no CRC quanto a débitos de qualquer natureza, até 10 (dez) dias antes da data de início da eleição.

§ 1º Constitui obrigação de todos os profissionais registrados manter os seus dados cadastrais atualizados.

§ 2º Após o prazo estabelecido no **caput**, até o dia anterior ao início das eleições, apenas serão permitidas alterações no colégio eleitoral mediante correção de inconsistência na situação financeira ou cadastral do profissional, condição indispensável ao exercício do voto, a ser realizada por empregado especialmente designado pelo respectivo CRC, por meio de procedimento eletrônico que permita a sua identificação e o rastreamento da alteração realizada.

CAPÍTULO III DA ELEGIBILIDADE

Art. 6º São elegíveis o contador e o técnico em contabilidade que, na data do pedido de registro da chapa, preencherem os requisitos abaixo especificados, mediante Certidão de Regularidade Eleitoral (Modelo I) e Declaração do Candidato (Modelo II):

I – cidadania brasileira;

II – habilitação profissional na forma da legislação em vigor;

III – pleno gozo dos direitos profissionais, civis e políticos;

IV – não tiver, nos últimos 5 (cinco) anos:

a) contas julgadas irregulares pelo CFC relativas ao exercício de cargos ou funções;

b) sofrido penalidade disciplinar ou ética, transitada em julgado, precedida de processo de fiscalização, aplicada por CRC;

c) renunciado ao mandato de conselheiro do Sistema CFC/CRCs, após abertura de processo de perda de mandato; ou

d) sofrido penalidade, transitada em julgado, com fundamento no Código de Conduta do Sistema CFC/CRCs.

V – não tiver, nos últimos 8 (oito) anos:

a) sofrido a perda do mandato de conselheiro do Sistema CFC/CRCs;

b) sido destituído de cargo, função ou emprego, por efeito de causa relacionada à prática de ato irregular ou de improbidade na administração pública, declarada em decisão irrecurável;

c) suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pela prática de ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecurável do órgão competente;

d) sido condenado por crime, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado; ou

e) realizado ato de improbidade administrativa no CFC ou em qualquer CRC, apurado em processo transitado em julgado;

VI – estar com seu registro ativo e em situação regular no CRC quanto a débitos de qualquer natureza;

VII – não ser ou não ter sido, nos últimos 2 (dois) anos, empregado do CRC;

VIII – concordar formalmente que, na data da posse, deverá apresentar a autorização de acesso à declaração de bens ao CRC durante o exercício do mandato;

IX – não estiver no exercício do cargo de delegado do CRC;

X – concordar formalmente que, na data da posse, bem como no curso do mandato, não poderá presidir entidade sindical contábil, nem possuir contrato de prestação de serviços ou fornecimento de bens com o CRC, como pessoa física ou pessoa jurídica.

§ 1º O conselheiro, no exercício do mandato do terço remanescente, que desejar se candidatar deverá renunciar até 150 (cento e cinquenta) dias antes da data da eleição.

§ 2º O atendimento aos requisitos e às exigências de que trata este artigo deverá ser feito mediante apresentação da Certidão de Regularidade Eleitoral expedida pelo respectivo CRC (Modelo I) e Declaração do Candidato (Modelo II), que responderá por sua veracidade, sob as penas da lei, devendo ser anexadas ao Pedido de Registro de Chapa (Modelo IV), conforme previsão do art. 14.

§ 3º A Certidão de Regularidade Eleitoral será disponibilizada eletronicamente a partir da publicação do Edital de Registro de Chapas, tendo validade até a data da eleição.

§ 4º As condições de elegibilidade previstas no inciso IV, apresentadas neste artigo, deverão ser mantidas durante o exercício do mandato, sob pena de perda deste, de ofício.

§ 5º O descumprimento das demais condições de elegibilidade previstas neste artigo deverá ser processado e julgado em regular processo administrativo para a decretação de perda de mandato.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 7º O Plenário do CFC, mediante Deliberação, deverá instituir Comissão Eleitoral composta de 9 (nove) membros, entre conselheiros, funcionários, técnicos e especialistas na matéria, sendo um dos membros designado “coordenador” e outro, “coordenador-adjunto”.

Art. 8º São atribuições da Comissão Eleitoral:

I – organizar o processo de eleição para renovação do Plenário dos CRCs;

II – responder às consultas encaminhadas sobre o processo eleitoral;

III – manifestar-se acerca do processo eleitoral;

IV – publicar editais;

V – resolver os incidentes ocorridos durante o processo eleitoral;

VI – notificar o responsável pela chapa para o saneamento de erros ou falhas que não alterem as substâncias do pedido de registro;

VII – recepcionar os recursos contra as decisões do Comitê Eleitoral para julgamento do Plenário;

VIII – decidir sobre as denúncias recebidas;

IX – disponibilizar as etiquetas aos responsáveis pelas chapas, nos termos do art. 21 desta Resolução; e

X – elaborar ata contendo o resultado final da eleição dos CRCs.

§ 1º Os casos dos incisos II e VII serão decididos em 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento.

§ 2º Das decisões da Comissão Eleitoral sobre denúncias, caberá recurso ao Comitê Eleitoral no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar de sua ciência.

CAPÍTULO V

DO COMITÊ ELEITORAL

Art. 9º O Comitê Eleitoral será composto de 3 (três) conselheiros efetivos e igual número de suplentes, e será homologado pelo Plenário do CFC.

Art. 10. São atribuições do Comitê Eleitoral:

I – apreciar e julgar os pedidos de registro de chapa; e

II – apreciar e julgar os recursos contra as decisões da Comissão Eleitoral sobre denúncias.

Parágrafo único. Os casos dos incisos I e II serão decididos em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento.

CAPÍTULO VI

DOS PRAZOS

Art. 11. A contagem dos prazos estabelecidos na presente Resolução será efetuada excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos em dias e que não forem expressamente fixados em dias úteis contam-se de modo contínuo, sendo os dias do começo e do vencimento dos prazos fixados para prática de qualquer ato, protraídos para o primeiro dia útil seguinte se coincidirem com dia em que não houver expediente no CFC.

CAPÍTULO VII

DO EDITAL E DO REGISTRO DAS CHAPAS

Art. 12. O edital de convocação para registro de chapa (Modelo III) será publicado no Diário Oficial da União (DOU) e no sítio eletrônico do CFC e do CRC, no prazo mínimo de 130 (cento e trinta) dias anteriores à data do pleito.

§ 1º Os Conselhos Regionais de Contabilidade serão previamente notificados pelo Conselho Federal de Contabilidade para apresentar o quantitativo de vagas a serem preenchidas, inclusive aquelas destinadas ao exercício de mandato complementar, caso haja.

§ 2º A abertura do período de registro de chapa deverá ocorrer, no mínimo, 15 (quinze) dias após a publicação de que trata o **caput** deste artigo.

§ 3º O período de pedido de registro de chapa será de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 13. O pedido de registro de chapa deverá ser dirigido à Comissão Eleitoral com a indicação dos candidatos efetivos e respectivos suplentes, obedecido o quantitativo de vagas a preencher, conforme estabelecido no Modelo IV.

§ 1º No caso de eleição de 2/3 (dois terços), a chapa deverá conter, no mínimo, um representante dos técnicos em contabilidade e seu respectivo suplente da mesma categoria.

§ 2º Na composição da chapa, deverá ser observada a reserva de 30% (trinta por cento) das vagas de efetivos para a candidatura de cada sexo, respeitada a mesma proporção para as vagas de suplentes, desprezando-se a fração, se igual ou inferior a meio, arredondando-se para um, se superior.

Art. 14. O pedido de registro de chapa será formalizado via sistema eletrônico próprio, com acesso e assinatura mediante certificado digital do responsável, acompanhado das certidões de regularidade eleitoral expedidas pelo CRC em relação aos integrantes da chapa (Modelo I) e de declarações destes (Modelo II) relativas ao cumprimento dos requisitos de elegibilidade previstos no art. 6º desta Resolução.

§ 1º A inclusão de dados inverídicos ou a omissão de dados na declaração poderá resultar em aplicação de penalidade prevista na legislação.

§ 2º Recebido o pedido de registro de chapa, será disponibilizado pelo CFC ao responsável pela chapa, o acesso ao processo eleitoral por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Conselho Federal de Contabilidade, para o acompanhamento dos atos processuais relacionados à condução do processo eleitoral.

§ 3º É vedado, sob pena de responsabilidade civil, criminal e administrativa, inclusive com a perda de mandato caso seja eleito, ao responsável da chapa:

- I – utilizar acesso aos sistemas para finalidade diversa ao tratado nesta Resolução;
- II – compartilhar ou facilitar o acesso de dados e informações a terceiros; ou
- III – inserir informações ou dados inverídicos no processo de habilitação.

§ 4º Após a homologação do registro pelo Comitê Eleitoral, cada chapa receberá um número de acordo com a ordem de apresentação no sistema.

§ 5º O contador ou o técnico em contabilidade não poderá candidatar-se em mais de uma chapa.

§ 6º Os atos relativos ao processo eleitoral serão praticados perante a Comissão Eleitoral, exclusivamente, pelo responsável da chapa.

§ 7º No pedido de registro da chapa, deverá ser indicado o candidato que assumirá a responsabilidade por esta, nos casos de impedimento, falecimento ou desistência do candidato originariamente designado como responsável.

§ 8º Ficando a chapa sem nenhum responsável, os demais integrantes da chapa deverão ser notificados a regularizar a situação no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da notificação, sob pena de indeferimento.

Art. 15. Concluído o período para registro de chapa e havendo irregularidade, o responsável pela chapa será notificado pela Comissão Eleitoral a apresentar pedido de substituição do candidato irregular no prazo de 3 (três) dias úteis.

Art. 16. Decorrido o prazo de que trata o artigo anterior, caberá à Comissão instruir o processo eleitoral, inclusive anexando aos autos a Certidão (Modelo I) e a Declaração (Modelo II).

Art. 17. Competirá ao coordenador do Comitê Eleitoral, no prazo de 3 (três) dias úteis, designar conselheiro relator do processo, que não poderá ser candidato ao pleito, nem membro da Comissão Eleitoral, ao qual caberá a análise dos requerimentos de registro de chapa.

Art. 18. O relator deverá submeter seu parecer ao Comitê Eleitoral no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a matéria lhe tenha sido distribuída, realizando-se, se necessário, sessão extraordinária.

Art. 19. Decidindo o Comitê Eleitoral pela existência de irregularidade, o responsável pela chapa terá o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da ciência, para substituir o nome que não preenche as condições de elegibilidade, sob pena de indeferimento da chapa.

Art. 20. Da decisão do Comitê Eleitoral cabe recurso ao Plenário do CFC, com efeito suspensivo, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar de sua ciência, interposto pelo responsável pela chapa.

§ 1º O Plenário do CFC terá o prazo de até 30 (trinta) dias para julgar o recurso interposto.

§ 2º Negado provimento ao recurso pelo Plenário, o responsável terá o prazo de 3 (três) dias úteis para substituir o candidato irregular, sob pena de indeferimento da chapa.

§ 3º No caso de substituição de candidato, competirá ao Plenário do CFC analisar e julgar a regularidade do candidato substituto.

§ 4º Após o trânsito em julgado da decisão do Plenário do CFC, não será permitida a substituição de candidato.

Art. 21. O CFC deverá fornecer ao respectivo responsável, mediante solicitação, as etiquetas de endereçamento dos profissionais com registro ativo, em arquivo no formato PDF, após o trânsito em julgado da decisão que homologou a chapa.

§ 1º Nas etiquetas, deverão constar o nome do profissional e seu endereço de correspondência, sendo vedado fornecer dados relacionados à categoria profissional, CPF, número de registro no CRC e endereço eletrônico.

§ 2º As etiquetas serão entregues uma única vez, até 3 (três) dias úteis após a solicitação, sob declaração (Modelo VI) do responsável de que serão empregadas na divulgação da plataforma eleitoral da chapa, com a ciência de que o emprego em outra finalidade que não seja a eleitoral resultará na aplicação de penalidade administrativa, ética, civil e penal.

Art. 22. O CFC publicará no DOU, e o CRC no seu sítio eletrônico, a relação das chapas habilitadas a concorrerem ao pleito (Modelo V), com os nomes dos seus integrantes efetivos e suplentes, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do registro de chapa e em até 30 (trinta) dias corridos, nos casos de recurso ao Plenário da decisão do Comitê Eleitoral.

CAPÍTULO VIII

DA CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO

Art. 23. O Edital de Convocação da Eleição (Modelo VII) será publicado no DOU e no sítio eletrônico do CFC e do CRC, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data de início do pleito, e deverá indicar, especialmente:

I – data e hora para início e encerramento da eleição;

II – vagas a preencher;

III – o fato de ser obrigatório o voto e os requisitos exigidos para o seu exercício, nos termos dos artigos 3º e 5º;

IV – as condições para o voto;

V – as normas aplicáveis e os casos de nulidade; e

VI – as condições e o prazo para interposição de recurso.

Parágrafo único. O CRC manterá em seu sítio eletrônico, em posição de destaque, *banner* contendo *link* para acesso às informações das chapas habilitadas, conforme Modelo VIII.

CAPÍTULO IX

DO PERÍODO DE VOTAÇÃO

Art. 24. O período de votação será de 12 (doze) horas, com início às 8 horas e término às 20 horas, no horário oficial de Brasília, em data definida pelo Plenário do CFC.

CAPÍTULO X

DO SISTEMA ELETRÔNICO DE VOTAÇÃO

Art. 25. Compete ao CFC contratar empresas especializadas em fornecimento de sistema eletrônico de votação pela internet e em auditoria de sistemas.

Parágrafo único. A empresa de auditoria de que trata o **caput** ficará responsável por atestar, mediante laudo técnico, a segurança e a confiabilidade de qualquer procedimento inerente ao processo eletrônico de votação.

Art. 26. Será facultada às chapas habilitadas demonstração técnica dos procedimentos inerentes ao processo eletrônico de votação, mediante requerimento apresentado à Comissão Eleitoral, no prazo de 30 (trinta) dias antes do início da eleição.

Parágrafo único. Compete ao CFC definir forma, local e data, quantidade de representantes e hora da demonstração, ficando os custos da participação a cargo dos interessados.

Art. 27. O CFC remeterá comunicado com as instruções sobre o processo eleitoral aos profissionais com registro ativo, para o endereço eletrônico (e-mail), constante no cadastro do CRC.

§ 1º Para a obtenção da senha de votação, o profissional deverá acessar o sítio eletrônico do CRC ou do CFC, observado o disposto no § 2º do art. 5º desta Resolução.

§ 2º Serão disponibilizadas, nos sítios eletrônicos do CFC e dos CRCs, no prazo mínimo de 10 (dez) dias da data de início da votação, as informações e instruções necessárias à participação do profissional no processo eleitoral, bem como orientações para acesso e utilização do sistema eletrônico de votação.

Art. 28. O sistema eletrônico de votação exibirá as chapas concorrentes, contendo as informações constantes no Modelo V.

Art. 29. O sistema será utilizado como ferramenta de acesso para:

I – recepção de documentos para registro de chapas;

II – apresentação de recursos e expedientes relacionados à substituição de membros de chapa;

III – criação de senha de votação;

IV – votação; e

V – apresentação de justificativa pela ausência de voto, nos casos previstos em resolução específica.

Art. 30. Finalizado o procedimento de votação, o eleitor deverá gerar o seu comprovante de votação.

CAPÍTULO XI

DA APURAÇÃO E DO RESULTADO DA ELEIÇÃO

Art. 31. Encerrado o período de votação, compete à empresa responsável pelo sistema eletrônico de votação realizar a apuração e fornecer o resultado, que deverá constar na ata de eleição (Modelo IX) e ser divulgado no sítio eletrônico do CFC.

Art. 32. Na eleição, prevalecerá o sistema majoritário, considerando-se eleita a chapa que obtiver o maior número de votos.

Parágrafo único. Em caso de empate, será realizado sorteio, em até 2 (dois) dias úteis após o resultado da eleição, na presença dos responsáveis das chapas ou dos seus representantes.

Art. 33. O CFC publicará, no Diário Oficial da União, o resultado da eleição, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da lavratura da ata de eleição.

Art. 34. Somente o responsável pela chapa poderá apresentar recurso ao Plenário do CFC, protocolando-o no sistema eletrônico, com efeito suspensivo, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da publicação de que trata o artigo anterior.

CAPÍTULO XII

DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 35. É vedada a propaganda eleitoral nos seguintes casos e condições:

I – em período anterior ao pedido de registro de chapa, previsto no Capítulo VII da presente norma;

II – em manifestações nas dependências do CRC, em suas delegacias ou unidades representativas, em seus meios de comunicação, redes sociais, bem como em locais de eventos realizados ou apoiados pelo CFC ou pelo CRC;

III – na utilização da logomarca do CFC ou do CRC;

IV – na utilização de manifestações que ofendam a honra ou moral dos candidatos;

V – na distribuição de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes ou quaisquer outros bens ou materiais que possam caracterizar ou proporcionar vantagem ao eleitor; e

VI – na veiculação de propostas eleitorais inexequíveis ou em desacordo com a legislação vigente.

Art. 36. É proibida a disponibilização de equipamentos de informática para fins de votação, nas dependências do CFC ou de CRC, inclusive nas delegacias e unidades representativas, bem como em outros locais públicos ou privados.

Parágrafo único. Ao conselheiro, funcionário ou colaborador do Conselho de Contabilidade que infringir o disposto do **caput** deste artigo serão aplicadas as penalidades previstas na norma de conduta editada pelo CFC.

Art. 37. É permitida a manifestação individual da preferência do eleitor por chapa ou candidato, exceto nos locais mencionados no inciso II do art. 35.

Art. 38. A veiculação de propaganda eleitoral é de responsabilidade exclusiva da chapa e dos candidatos.

Art. 39. O responsável pela chapa ou o candidato, notificado pela Comissão Eleitoral da existência de propaganda irregular, que não providenciar, de imediato, a retirada ou a regularização, estará sujeito às penalidades previstas na legislação, inclusive à comunicação ao Setor de Fiscalização do respectivo CRC.

CAPÍTULO XIII DAS NULIDADES

Art. 40. É nula a votação quando ocorrer irregularidade que comprometa sua imparcialidade e segurança, desde que interfiram no resultado da eleição.

§ 1º Um novo pleito deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias, a contar da decisão do Plenário do CFC pela anulação.

§ 2º Estabelecida a data do novo pleito pelo CFC, será publicado novo edital de convocação da eleição no DOU e no sítio eletrônico do CRC e do CFC.

CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. Os relatórios extraídos do sistema eletrônico de votação serão guardados pelo prazo definido na Tabela de Temporalidade regulamentada em legislação específica.

Art. 42. Esta Resolução entra em vigor no dia 5 de abril de 2023.

Art. 43. Fica revogada a Resolução CFC nº 1.604, de 26 de novembro de 2020.

CONTADOR AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR
Presidente

Aprovada na 1.095ª Reunião Plenária de 2023, realizada em 16 de março de 2023.

MODELO I
CERTIDÃO DE REGULARIDADE ELEITORAL

Certifico, para fins de participação no Processo Eleitoral de 20XX e atendimento ao § 2º do art. 6º da Resolução CFC nº 1.688, de 16 de março de 2023, que, (nome), inscrito no CRCXX sob o nº XXXXX, encontra-se com seu REGISTRO ATIVO e em SITUAÇÃO REGULAR perante o CRCXX, bem como NADA CONSTA, até esta data, em relação a débitos de qualquer natureza, penalidade ético-disciplinar e penalidade com fundamento no Código de Conduta do Sistema CFC/CRCs, transitadas em julgado, nos últimos 5 (cinco) anos.

Certifico, outrossim, que o referido profissional não é empregado do CRCXX, nem ocupa o cargo de Delegado deste Regional.

Validade até XX de novembro de 20XX – (data da eleição 20XX)

Local, dia, mês e ano.

Funcionário(a) do CRCXX
Cargo ocupado no Conselho

MODELO II

DECLARAÇÃO AO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Eu, _____, (nome, categoria profissional e número de registro), **DECLARO**, na condição de candidato(a) à eleição de Conselheiro(a) do CRCXX, que integro a chapa que tem como responsável _____ (nome e qualificação), e como seu substituto (§ 7º do art. 14 da Resolução CFC nº 1.688, de 16 de março de 2023), _____ (nome e qualificação) e, **ATENDO** às seguintes condições estabelecidas abaixo:

I – cidadania brasileira;

II – habilitação profissional na forma da legislação em vigor;

III – pleno gozo dos direitos profissionais, civis e políticos;

IV – não tiver, nos últimos 5 (cinco) anos:

e) contas julgadas irregulares pelo CFC relativas ao exercício de cargos ou funções;

f) sofrido penalidade disciplinar ou ética, transitada em julgado, precedida de processo de fiscalização, aplicada por CRC;

g) renunciado ao mandato de conselheiro do Sistema CFC/CRCs, após abertura de processo de perda de mandato; e

h) sofrido penalidade, transitada em julgado, com fundamento no Código de Conduta do Sistema CFC/CRCs.

V – não tiver, nos últimos 8 (oito) anos:

f) sofrido a perda do mandato de conselheiro do Sistema CFC/CRCs;

g) sido destituído de cargo, função ou emprego, por efeito de causa relacionada à prática de ato irregular ou de improbidade na administração pública, declarada em decisão irrecorrível;

h) suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pela prática de ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente;

i) sido condenados por crime, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado; ou

j) realizado ato de improbidade administrativa no CFC ou em qualquer CRC, apurado em processo transitado em julgado;

VI – estar com seu registro ativo e em situação regular no CRC quanto a débitos de qualquer natureza;

VII – não ser ou não ter sido, nos últimos 2 (dois) anos, empregado do CRC;

VIII – concordar formalmente que, na data da posse, deverá apresentar a autorização de acesso à declaração de bens ao CRC durante o exercício do mandato;

IX – não estiver no exercício do cargo de delegado do CRC;

Outrossim, declaro ciência de que, na data da posse, bem como, no curso do mandato, não poderei presidir entidade sindical contábil, nem possuir contrato de prestação de serviços ou fornecimento de bens com o CRC, como pessoa física ou pessoa jurídica.

Declaro ainda que, sendo eleito, deverei manter essas condições durante todo o mandato de conselheiro, conforme disposto no art. 6º, §4º, da Resolução CFC nº 1.688, de 16 de março de 2023.

Estou ciente de que o CFC poderá tratar e compartilhar os meus dados pessoais com o representante de chapa, e proferir as publicações inerentes ao processo eleitoral, restringindo-se às finalidades estabelecidas pela Resolução CFC nº 1.688, de 16 de março de 2023, observado os princípios e garantias estabelecidas pela Lei nº 13.709, de 11 de agosto de 2018.

Declaro e concordo que os meus dados pessoais poderão ser armazenados pelo período de vigência da temporalidade do processo eleitoral.

A presente declaração é expressão fiel da verdade, estando ciente de que, no caso de inclusão de dados inverídicos, ou de omissão de dados na declaração a ser prestada ao coordenador da Comissão Eleitoral para inscrição no pleito, aplica-se o disposto no Código de Ética Profissional do Contador, podendo resultar em aplicação de penalidade prevista na legislação da profissão contábil e na declaração da perda de condição de concorrer a qualquer vaga no âmbito do Sistema CFC/CRCs, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

(local e data)

Assinatura (por certificação digital)

Observação: esta declaração deverá ser assinada por certificação digital.

MODELO III
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REGISTRO DE CHAPAS

O Conselho Federal de Contabilidade comunica que, no dia ____ de novembro de 20____, será realizada eleição para renovação de ____/3 (____) terço(s) de do Plenário do CRC____, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, durante o período de ____ a ____, para registro de chapas via sistema eletrônico, que deverão ser constituídas de contadores e/ou técnicos em contabilidade, efetivos e seus respectivos suplentes, observada a reserva mínima de 30% (trinta por cento) das vagas para a candidatura de cada sexo, incidindo esse percentual para candidatos efetivos e suplentes, desprezando-se a fração, se igual ou inferior a meio, arredondando-se para um, se superior, com mandato de 4 (quatro) anos, com início em 1º de janeiro de 20____ e término em 31 de dezembro de 20____, de acordo com o disposto nas instruções aprovadas pela Resolução CFC nº 1.688, de 16 de março de 2023, e pelo Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade. Ocorrerá, ainda, nos casos específicos, a eleição de ____ conselheiro ____ (efetivo e/ou suplente), com mandato complementar de ____ a ____.

DAS VAGAS A SEREM PREENCHIDAS

I – CRC sem mandato complementar

- a) **CRCXX** - ____ (____) conselheiros efetivos e respectivos suplentes – mandato de 1º de janeiro de 20__ a 31 de dezembro 20__;
- b) **CRCXX** - ____ (____) conselheiros efetivos e respectivos suplentes – mandato de 1º de janeiro de 20__ a 31 de dezembro 20__;

II – CRC com mandato complementar

- a) **CRCXX** - ____ (____) conselheiros efetivos e respectivos suplentes – mandato de 1º de janeiro de 20__ a 31 de dezembro 20__ e ____ (____) vaga(s) para mandato complementar de ____/3 (____) terço(s) de conselheiro(s) (efetivo e/ou suplente), na categoria _____, com mandato de 1º de janeiro de 20__ a 31 de dezembro 20__; e
- b) **CRCXX** - ____ (____) conselheiros efetivos e respectivos suplentes – mandato de 1º de janeiro de 20__ a 31 de dezembro 20__ e ____ (____) vaga(s) para mandato complementar de ____/3 (____) terço(s) de conselheiro(s) (efetivo e/ou suplente), na

categoria _____, com mandato de 1º de janeiro de 20__ a 31 de dezembro 20__.

_____ de _____ de 20__

Coordenador(a) da Comissão Eleitoral

Observação: em se tratando de eleição para renovação de 2/3 (dois terços) do Plenário, a chapa deverá conter, no mínimo, um técnico em contabilidade e seu respectivo suplente, conforme exigência do § 1º do art. 13 da Resolução CFC nº 1.688, de 16 de março de 2023.

MODELO IV
REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CHAPA

À Comissão Eleitoral do Conselho Federal de Contabilidade

_____, (nome), brasileiro, _____ (categoria), registrado no CRC _____ sob o nº _____, vem pelo presente requerer a Vossa Senhoria, nos termos do art. 13 da Resolução CFC nº 1.688, de 16 de março de 2023, o REGISTRO DE CHAPA para concorrer no pleito do Conselho Regional de Contabilidade XXXX, a ser realizado no dia ____ de _____ de 20__, para renovação de ___/3 (____) terço(s) do Plenário, constando ainda __ (____) candidato(s) para o mandato complementar de ___/3 (____) terço(s).

A CHAPA será composta pelos seguintes integrantes:

MANDATO DE 20xx a 20xx								
CONSELHEIROS								
Nº		Categoria Profissional	Nome	Registro nº		Categoria Profissional	Nome	Registro nº
1	EFETIVOS				SUPLENTE			
2								
3								
4								

MANDATO COMPLEMENTAR DE 20xx a 20xx								
CONSELHEIROS								
Nº		Categoria Profissional	Nome	Registro nº		Categoria Profissional	Nome	Registro nº
1	EFETIVOS				SUPLENTE			
2								
3								
4								

Comunicações e notificações referentes ao processo eleitoral podem ser enviadas para o endereço eletrônico _____.

Em atendimento ao § 7º do art. 14 da Resolução CFC nº 1.688, de 16 de março de 2023, informo que, em caso de substituição, assumirá a responsabilidade por esta o candidato _____ (nome), brasileiro, _____ (categoria), registrado no CRC _____ sob o nº _____.

Declaro que sou titular deste endereço eletrônico e () autorizo () não autorizo a sua divulgação na publicação de que trata o parágrafo único do art. 23 da Resolução CFC nº 1.688, de 16 de março de 2023.

Termos em que pede deferimento.

_____, ____ de _____ de 20____.

Responsável pela Chapa

Nº de registro no CRC

Observação: em se tratando de eleição para renovação de 2/3 (dois terços) do Plenário, a chapa deverá conter, no mínimo, um técnico em contabilidade e seu respectivo suplente, conforme exigência do § 1º do art. 13 da Resolução CFC n.º 1.688, de 16 de março de 2023.

MODELO V

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RELAÇÃO DAS CHAPAS HABILITADAS A CONCORREREM NOS RESPECTIVOS CRCs

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) comunica que a(s) chapa(s) abaixo relacionada(s) está(ão) habilitada(s) a concorrer(em) na eleição do CRCXX a se realizar no dia ____ de _____ de 20__:

1) CRCXX : RENOVAÇÃO DE ___ TERÇO(S) DO PLENÁRIO

CHAPA Nº XX

MANDATO DE 20xx a 20xx								
CONSELHEIROS								
RESPONSÁVEL:								
Nº		Categoria Profissional	Nome	Registro nº		Categoria Profissional	Nome	Registro nº
1	EFETIVOS				SUPLENTEs			
2								
3								
4								

MANDATO COMPLEMENTAR DE 20xx a 20xx								
CONSELHEIROS								
Nº		Categoria Profissional	Nome	Registro nº		Categoria Profissional	Nome	Registro nº
1	EFETIVOS				SUPLENTEs			
2								
3								
4								

_____ de _____ de 20__.

Coordenador(a) da Comissão Eleitoral

MODELO VI
DECLARAÇÃO

Declaro, na condição de responsável pela chapa ____, que concorrerá às Eleições do CRCXX de 20____, o recebimento das etiquetas de endereçamento contendo o nome e o endereço de correspondência dos profissionais da contabilidade com registro ativo no Conselho, em formato PDF, conforme previsto no § 2º do art. 21 da Resolução CFC nº 1.688, de 16 de março de 2023, ciente de que a utilização ou o emprego em finalidade incompatível com o processo eleitoral ensejará penalidades administrativas, ética, civil e penal.

Nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), comprometo-me a tratar os dados pessoais compartilhados em estrita observância da legislação, em conformidade com a boa-fé e os princípios nela expressos, garantindo a proteção e o sigilo dos dados, a realizar a eliminação dos dados imediatamente após o processo eleitoral, vedada a conservação, divulgação e reprodução para quaisquer outras finalidades, estando ciente, também, do dever de reparar e/ou ressarcir eventual dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, decorrente da violação à legislação de proteção de dados pessoais.

_____, ____ de _____ de 20____.

Responsável pela Chapa

Nº de registro no CRC

MODELO VII

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no uso das suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Resolução CFC nº 1.688, de 16 de março de 2023, **CONVOCA** todos os contadores e técnicos em contabilidade com registro ativo e regular quanto a débitos de qualquer natureza, para a eleição dos membros dos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), e para preenchimento de 1/3 (um terço) das vaga(s) e mandato complementar de 2/3 (dois terços) – se for o caso –, a se realizar conforme o presente edital, que estabelece, em síntese que:

1. DA FORMA DE ELEIÇÃO

1.1. A eleição será realizada por sistema eletrônico de votação, exclusivamente via internet, **por meio de voto em uma das chapas habilitadas**, formadas por lista fechada, constando, em cada chapa, os candidatos efetivos e respectivos suplentes de cada categoria profissional.

2. DATA E HORÁRIO

A eleição ocorrerá no dia _____, das 8h às 20h (horário oficial de Brasília)

3. DO VOTO

3.1. O voto é obrigatório, secreto, direto e pessoal e deve ser efetuado por contadores e técnicos em contabilidade com registro ativo que estiverem em situação regular no CRC quanto a débitos de qualquer natureza.

3.2. O voto será facultativo para os profissionais com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos nas datas da eleição.

3.3. O eleitor deverá estar em dia com suas obrigações perante o CRC, inclusive quanto a débitos de qualquer natureza, **até ____/____/____**, quando será encerrada a nominata dos profissionais integrantes do colégio eleitoral, aptos a votar.

3.4. O eleitor que deixar de votar, sem causa justificada, estará sujeito à multa no valor previsto na Resolução CFC nº 1.689, de 16 de março de 2023.

3.5. Para votar, o eleitor deverá acessar a página do CFC na internet http://_____, ou a do CRC da sua jurisdição.

3.6. A votação por meio do sistema poderá ser realizada por certificado digital ou por senha pessoal.

3.7. Para obtenção da senha de votação, o profissional deverá acessar o sítio eletrônico do CRC ou do CFC, observado o disposto no art. 27, § 2º, da Resolução CFC nº 1.688, de 16 de março de 2023.

3.8. Serão disponibilizadas, nos sítios eletrônicos do CFC e dos CRCs, informações necessárias sobre a participação do profissional no processo eleitoral, bem como orientações para acesso e utilização do sistema eletrônico de votação.

3.9. Serão disponibilizadas, nos sítios eletrônicos do CFC e dos CRCs, informações com os nomes dos candidatos e chapas habilitadas a concorrer ao pleito.

4. DAS NORMATIZAÇÕES APLICÁVEIS

A eleição reger-se-á pelas normas definidas pela Resolução CFC nº 1.688, de 16 de março de 2023 e pela Resolução CFC nº 1.689, de 16 de março de 2023.

_____ de _____ de 20____.

Coordenador(a) da Comissão Eleitoral

MODELO VIII
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
CHAPA(S) QUE CONCORRE(M) AO PLEITO

Prezado (a) Profissional da Contabilidade,

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) comunica que a(s) chapa(s) abaixo relacionada(s) foi(ram) habilitada(s) para concorrer(em) à eleição para renovação de ___/3 (____) terço(s) dos membros do Plenário do CRCXX, a se realizar no dia ____ de _____ de 20____, das 8h às 20h (horário oficial de Brasília).

CHAPA Nº

MANDATO DE 20xx a 20xx								
CONSELHEIROS								
RESPONSÁVEL:				E-MAIL:				
Nº		Categoria Profissional	Nome	Registro nº		Categoria Profissional	Nome	Registro nº
1	EFETIVOS				SUPLENTE			
2								
3								
4								

_____ de _____ de 20____.

Coordenador(a) da Comissão Eleitoral

MODELO IX

ATA DAS ELEIÇÕES REALIZADAS VIA INTERNET, NO DIA _____, NOS CONSELHOS REGIONAIS DE CONTABILIDADE

Às ____ (horário de Brasília), do dia ____ do mês de _____ do ano de ____, reuniu-se, na sede do Conselho Federal de Contabilidade, situada no SAUS, Quadra 5, Bloco J, Edifício CFC, a Comissão Eleitoral do CFC, designada pela Deliberação CFC nº XXXX, de xxx de xxx de 20XX para acompanhar o processo eleitoral de renovação de membros dos CRCs supracitados. Presentes o senhor _____, na qualidade de coordenador, e os seguintes membros: (citar a nominata dos membros presentes). Presentes, ainda, os senhores _____, (citar os nomes), representantes da empresa responsável pelo sistema eletrônico de votação, e os senhores _____, representantes da empresa _____, responsável pela auditoria do sistema. O coordenador, senhor _____, reportou-se, inicialmente, ao "Termo de Integridade de Dados no Início da Votação", que registrou a integridade da base de dados, antecedendo a votação, destacando, em especial, a inexistência de votos na base de dados – zerésima – entre outras informações relativas aos procedimentos adotados e que estão consignados no referido documento. As eleições foram realizadas, exclusivamente, via internet, das 8h às 20h (horário de Brasília) do dia __/__/__. Concluída a votação, a Comissão Eleitoral do CFC efetuou os procedimentos para garantir o registro da integridade da base de dados utilizada no encerramento da votação, com descrição das competentes informações, bem como foram apurados pelo sistema os resultados finais, lavrando-se, em seguida, o respectivo "Termo de Encerramento da Votação e Apuração de Resultados Finais". Dos resultados apurados, temos: **(CRC __, chapa 1 - __ votos; chapa 2 - __ votos; __ votos brancos, totalizando __ votantes, tendo sido declarada eleita a chapa __)**. As informações relativas ao resultado final de cada estado foram, de imediato, disponibilizadas no sítio eletrônico do CFC. Integram a presente ata, para os devidos fins, os seguintes documentos, rubricados e assinados pelos membros da Comissão Eleitoral do CFC, bem como pelos representantes da empresa responsável pelo sistema eletrônico de votação e da empresa responsável pela auditoria do sistema, que acompanharam e validaram os trabalhos e procedimentos realizados durante o processo de votação:

1) _____.

2) _____.

3) _____. Às ____ horas (horário de Brasília), do dia ____, do ano de _____, o coordenador _____, encerrando os trabalhos, determinou a lavratura da presente ata, por mim, _____, que a assino juntamente com os demais presentes.

Coordenador(a) da Comissão Eleitoral

